



**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 242/2023.**

**Processo Administrativo nº 15.980/2021**

**A Rio Med Equipamentos Biomédicos Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.265.506/0004-90, localizada na **Travessa Almerinda Lucas de Azevedo, Nº 11, sala 902, Centro, Nova Iguaçu - RJ**, neste ato representada por seu sócio administrador, **Walmir Mendes Brito**, portador do CPF nº 816.108.747-49, vem respeitosamente apresentar **IMPUGNAÇÃO** em face do edital em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito que abaixo seguem:

## **I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Ilustre pregoeiro, o julgamento do presente petítório recai sob sua responsabilidade, neste contexto, confiamos plenamente na lisura, isonomia e imparcialidade que norteiam suas atribuições, com a expectativa de evitar a instauração de controvérsias que possam ensejar a intervenção do Poder Judiciário. Buscamos, primordialmente, a observância estrita dos preceitos legais e constitucionais, bem como a conformidade com as jurisprudências emanada da corte máxima de contas do país.

Destacamos a necessidade de observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconiza o artigo 37 da Constituição Federal. A descon sideração destes pilares compromete a regularidade do processo licitatório em andamento.

## **II – DA TEMPESTIVIDADE**

Cumpre esclarecer que a presente impugnação, é plenamente tempestiva, observando o disposto no item 29.1 do edital, apresentamos nossa impugnação acerca do ato convocatório dentro do prazo de 03 dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação.

## **III – DOS FATOS**

O pregão eletrônico em apreço tem por objeto a de empresa do ramo de engenharia clínica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva com utilização de mão de obra, com regime de dedicação exclusiva, tecnicamente qualificada pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, reposição de peças/materiais e de serviços especializados secretaria municipal de saúde de Nova Friburgo.

Ocorre que o seu respectivo ato convocatório o item 22.1.2 traz as seguintes disposições:

*22.1.2 A LICITANTE deverá apresentar para fins de habilitação, comprovação de aptidão para atendimento do objeto da licitação, através de um ou mais atestados de Capacidade Técnica, compatível com os serviços*

*em características, quantidades e prazos previstos neste Termo de Referência em que comprove haver prestado ou que esteja prestando satisfatoriamente, serviços de ENGENHARIA CLÍNICA, incluindo: Assessoria, Gerenciamento, Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares.*

Conforme demonstraremos abaixo, tais exigências editalícias contrariam os ditames norteadores das licitações públicas, sobretudo diante de dispositivos legais e da jurisprudência consolidada no Tribunal de Contas da União, pelo que não podem subsistir no ato convocatório do certame em apreço.

Isto posto, passemos a impugnar.

#### **IV – DA IMPUGNAÇÃO**

Item 22.1.2 do edital

Consoante disposto no item 22.1.2 do edital, para fins de qualificação técnico-operacional, A LICITANTE deverá apresentar para fins de habilitação, comprovação de aptidão para atendimento do objeto da licitação, através de um ou mais atestados de Capacidade Técnica.

No entanto, tal exigência não pode persistir no instrumento convocatório da licitação, **pois a capacidade técnica é atestada não pela pessoa jurídica, mas sim pelo profissional-técnico responsável.**

RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023

Art. 47. A Certidão de Acervo Técnico-Profissional – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas **no acervo técnico do profissional**.

É por este motivo que o Tribunal de Contas da União tem sua jurisprudência assenta no sentido de que:

*“É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes. (TCU. Acórdão 1542/21-Plenário) (Grifei).”*

*“É irregular a exigência de que o atestado de capacidade técnico-operacional de empresa participante de licitação seja registrado ou averbado no Crea (art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009), cabendo tal exigência apenas para fins de qualificação técnico-profissional. Podem, no entanto, ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos*

*documentos emitidos em nome das licitantes. (TCU. Acórdão 3094/20-Plenário)”*

Acrescenta-se ainda:

*O TCU divulga acórdão 470/2022 que diz:*

*“É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.”*

O Sistema CFT/CRT's está atento a este importante instrumento que certamente trará maior atenção dos tribunais e órgãos públicos quanto aos critérios para exigência de qualificação técnica em licitações.

*A Resolução CFT 055/2019, diz:*

*Art. 42 – O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no CRT por meio de termos de responsabilidade técnica.*

*Art. 43 – A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.*

Portanto evidencia-se a condição personalíssima da capacidade técnica do profissional, seu notório saber, registrado em seu acervo técnico. Cabendo então à pessoa jurídica estrategicamente compor seu quadro técnico com profissionais que tenham acervo técnico.

Ocorre que, acaso o item do edital do pregão em apreço seja mantido, as empresas cujos responsáveis técnicos são aptos e capazes e com devido registro junto ao CREA não poderão concorrer ao objeto, tendo em vista que não conseguirão obter a certidão solicitada, o que inquestionavelmente impedirá a administração pública de alcançar a proposta mais vantajosa, haja vista o cerceamento da ampla concorrência.

## **V – CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Por todo o exposto, resta evidente que o item ora impugnado contém irregularidades, passíveis de nulidade absoluta, pois ferem dispositivos legais e afrontam entendimentos jurisprudenciais consolidados da corte máxima de contas do país, que direta ou indiretamente orienta todos os tribunais de contas estaduais e municipais do Brasil, em especial o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Desta forma, com fulcro no princípio da autotutela administrativa, previsto nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, imperioso que esta respeitável Prefeitura Municipal de Nova Friburgo declare a anulação do item 22.1.2 do edital do Pregão Eletrônico nº 242/2023, tendo em vista que eivados de vício de ilegalidade, pelo que devem ser retirados do ato convocatório.

Importante frisar que o ato administrativo quando realizado em discordância com algum preceito normativo se torna um ato viciado, defeituoso, devendo assim, ser anulado a qualquer tempo.

Neste caso, não há margem para a Administração deliberar sobre o atendimento ao interesse público; a mera quebra de premissa ocasiona o vício, sendo passível de anulação, suscitada de ofício pela autoridade ou por terceiros interessados, como no caso em apreço.

## VI – DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer:

- a) O recebimento da presente impugnação, tendo em vista as suas tempestividades, nos termos do item 29.1 do edital.
- b) Que a presente impugnação seja julgada totalmente procedente, para fins de retirar do edital as exigências contidas nos itens 22.1.2, visto que eivadas de vícios;
- c) Que a data de abertura da sessão pública do certame seja mantida para o dia 04 de janeiro de 2024, uma vez que as alterações a serem realizadas no ato convocatório, conforme solicitado acima, não afetarão de forma alguma a formulação das propostas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 10.024/19.

Termos em que pede e espera JUSTO deferimento.

Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2023.